

## **LEMOS, Faria**

\*magistrado; pres. PE 1872; pres. CE 1876-1877; pres. RS 1877-1878; pres. MG 1886-1887; min. STF 1892-1894.

*Francisco de Faria Lemos* nasceu em Recife no dia 23 de dezembro de 1828, filho de Francisco de Faria Lemos e de Cândida Maria de Avezal Faria.

Assentou praça no Exército em 1846 como voluntário no 2º Batalhão de Artilharia, sendo reconhecido cadete de 1ª classe em outubro do ano seguinte. Mesmo incorporado, conseguiu concluir o curso de humanidades no Colégio das Artes, em Olinda, obtendo a seguir licença para matricular-se na Faculdade de Direito do Recife. Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1851, ano em que se transferiu para o 10º Batalhão de Infantaria. Em janeiro de 1852 deu baixa do serviço no Exército.

Ainda em julho de 1852 ingressou na magistratura, ao ser nomeado juiz municipal suplente da 1ª vara da cidade do Recife. Em outubro de 1853 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Quixeramobim e Riacho do Sangue, na província do Ceará, e em outubro de 1857 foi removido para o termo de Aracati, na mesma província. Aí permaneceu até 1858, quando foi nomeado juiz de direito da comarca de Paranaguá, no Piauí. Em 1859 foi removido para a comarca de Boa Vista, em Pernambuco, mas logo a seguir foi nomeado chefe de polícia da província do Piauí, e depois chefe de polícia no Ceará. Em 1864 retornou às funções judicantes, sendo designado para a comarca de Santarém, no Pará. Em julho de 1868 foi nomeado chefe de polícia da província do Rio Grande do Norte, e em outubro passou a exercer o mesmo cargo na província de Pernambuco. De abril de 1869 a 1871 foi chefe de polícia na Corte, sendo então designado para a 2ª vara da mesma cidade. Entre 1872 e 1887, foi presidente das províncias de Pernambuco (10 de junho a 5 de novembro de 1872), Ceará (22 de março de 1876 a 10 de janeiro de 1877), Rio Grande do Sul (21 de maio de 1877 a 10 de fevereiro de 1878) e Minas Gerais (1886-1887). Nomeado em agosto de 1879 desembargador da Relação de Fortaleza, foi transferido para a Relação da Corte por decreto julho de 1886, e presidiu esse tribunal em 1888.

Quando adveio a República, em 15 de novembro de 1889, estava em exercício na Relação, tribunal de segunda instância que teve o nome mudado para Corte de Apelação num dos primeiros atos do governo provisório. Em maio de 1892 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e em junho seguinte tomou posse, no contexto da reforma promovida no tribunal durante o governo Floriano Peixoto, com o objetivo de afastar os ministros identificados com o Império. Foi aposentado por decreto em janeiro de 1894, retirando-se da vida pública.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 7 de novembro de 1904. Foi casado com Isabel Viana de Faria Lemos.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.